

**As experiências de planejamento em cidades históricas protegidas pela  
UNESCO**

**Douder dos Santos Cruz**

Mestrando em Projeto e Patrimônio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
douder.cruz@fau.ufrj.br

## RESUMO

Este artigo surge da necessidade de esclarecer o campo da preservação e conservação do patrimônio neste início de século XXI, sobretudo nas áreas centrais e nas cidades históricas. Percorremos essa reflexão perante a expressiva homogeneização dos lugares e descaracterizações das paisagens produzidas com as intervenções artificiais objetivando o turismo exploratório, que refletem diretamente na perda da identidade do patrimônio urbano e, mais ambiciosamente, com as cidades-mercadoria nas grandes cidades, através da gestão do urbanismo com as novas intervenções contemporâneas. O processo de patrimonialização das cidades históricas é visto aqui em dois ângulos distantes no tempo, espaço, território, cultura e história, mas traduzem os mesmos rebatimentos para a cidade: cenografia e gentrificação, como é o caso brasileiro, no Pelourinho na cidade de Salvador, em 1992 e o português, no Quarteirão das Cardosas, na cidade do Porto, em 2009. Com isso, conseguimos questionar e denunciar mais a fundo algumas perversões na arquitetura, frutos dessas especulações econômicas, que enxergam como utilidade as obras de renovação fachadistas, que dilaceram todo o interior do patrimônio, negligenciando toda a experiência autêntica da cidade e demonstram as perversões na comunidade diante do processo de gentrificação, onde paisagem se transforma dando forma material à diferença, entre poder cultural e econômico. Acreditamos possível demonstrar a tempo para a sociedade, que está em constante ameaça da globalização, que o patrimônio necessita ser urgentemente recuperado para manter-se no *continuum* da vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio cultural. Cidades históricas. Turismo exploratório. Fachadismo. Gentrificação.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de conformação e de composição da cidade contemporânea contempla uma complexidade que se amplia exponencialmente quando consideramos as áreas centrais históricas, pois ao valorizarmos-las nas novas dinâmicas urbanas e nas políticas de planejamento urbano, esbarramos na questão da preservação do patrimônio cultural. Inserir a questão do patrimônio torna-se uma tarefa árdua essencialmente pela necessidade de considerar as variáveis presentes na definição do próprio conceito, principalmente ao considerar as dimensões histórica, cultural, arquitetônica, e com grande relevância, a memória social.

A evolução da teoria da conservação diz-nos também que devemos preservar o material, mas também o intangível (os saberes, fazeres, as expressões culturais da comunidade. É particularmente difícil definir, prever e sobretudo garantir a continuidade das singularidades da cidade e a identidade da comunidade.

O satisfatório planejamento da cidade histórica deve ser encarado como um processo particularmente dinâmico, onde se gere uma permanente relação dialética entre os valores afetivos a preservar, nas diferentes singularidades e qualificações dos valores da materialidade da herança arquitetônica, e as funções de suas atividades necessárias de utilização e vitalidade para a cidade, garantindo a sua sustentabilidade.

“O termo patrimônio – em inglês heritage – refere-se a algo a ser preservado e que, por conseguinte, deve ser preservado” (OLIVEN, 2003, p.77). Ao passo de seis décadas vivemos uma imensa explosão da expansão patrimonial verificada através do dilatamento e alargamento das abrangências de seus conceitos e contornos sociais na acumulação da preservação e ampliação das políticas de gestão do patrimônio cultural.

Não à toa, Peixoto (2017) enfatiza que existem várias expressões que tentam dar conta dessa fúria patrimonial: “alquimia do patrimônio”; “paixão patrimonial” (GUILLAUME, 1980); “reinvenção patrimonial” (BOURDIN, 1984); “loucura patrimonial” (JEUDY, 1990); “alegoria do patrimônio” (CHOAY, 2017); “patrimomania” (MARTIN-GRANEL, 1999); “maquinaria patrimonial” (JEUDY, 2005); “histeria do patrimônio” (PEIXOTO, 2006).

Para o século XXI, patrimônio abrange tanto a obra de arte, quanto uma ruína histórica, a ecologia ou um lugar como festa, a culinária de um povo ou a ambiência de um núcleo histórico, ou seja, a cidade histórica e toda a cidade consolidada com sua paisagem cultural.

A consideração do espaço da cidade histórica como patrimônio, surgindo quatro séculos depois da invenção do conceito de monumento histórico, no entanto, é uma dilatação conceitual ainda recente, tratando-se, como esclareceu Choay (2017), de uma contribuição europeia, mais especialmente do arquiteto italiano Gustavo Giovannoni, que em 1931 publica o artigo “*Vecchie città ed edilizia nuova*”, que vira o mesmo título do livro mais expandido, publicado em 1931, no qual apresenta sua doutrina pela primeira vez, introduzindo como conjunto urbano antigo:

Uma cidade histórica constitui em si um monumento, tanto por sua estrutura topográfica, quanto por seu aspecto paisagístico, pelo caráter de suas vias, assim pelo conjunto de seus edifícios maiores e menores; por isso, assim como no caso de um monumento particular, é preciso aplicar-lhe as mesmas leis de proteção e os mesmos critérios de restauração, desobstrução, recuperação e inovação”. (GIOVANNONI, 1931, p.140, apud CHOAY, 2017, p.143)

A produção do espaço urbano, as intervenções urbanas em áreas consolidadas e os processos de conformação e produção de novas espacialidades são muitas vezes tratadas de forma dissociada pela ação de intervenção e planejamento das cidades, revelando um processo de fragmentação do tecido urbano. Reis (2011) esclarece a dissonância entre as “práticas de preservação” e o “planejamento urbano”, ao constatar que estes:

Constituem-se como processos de trabalhos independentes, elaborados separadamente e poucas vezes harmonizados significativamente a posteriori. Descompasso semelhante ocorre entre os serviços de fiscalização para o cumprimento das normas. Responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, consciente ou inconscientemente, interferem diretamente nas diretrizes de planejamento urbano sem delegação para isso e, reciprocamente, planejadores urbanos passam “simbolicamente” seus tratores sobre os bens culturais, quando não o fazem em campo, materialmente, igualmente, sem atribuição para isso”. (REIS, 2011, p.117- grifo nosso)

## 2 OBJETIVOS

Porém, diante desse descompasso, “por mais sofisticados que sejam os conhecimentos técnicos- científicos que são elaborados para lhes dar orientação e respaldo, planejar e gerir

uma cidade envolve, diretamente, a vida de uma coletividade” (SOUZA, 2006, p.260). Ainda que estas atividades essenciais para o desenvolvimento da cidade se apresentem de forma independentes e não complementares, o que trazemos para reflexão não é esse processo, fruto da “[...] desarticulação entre gestão urbana e preservação, típica do caso brasileiro [...]” (GOMES, 2011, p.129), e sim, o estabelecimento das condições de reutilização no patrimônio urbano na atualidade, considerando a sua trajetória desde o seu surgimento e reconhecimento impulsionado pela “Carta de Veneza de 1964”, para alcançarmos uma visão “mais de perto e de dentro” da atuação nos centros históricos no contexto da dinâmica de desenvolvimento urbano contemporâneo.

### **3 METODOLOGIA/ MÉTODO DE ANÁLISE**

Esta pesquisa foi desenvolvida com discurso didático sobre o tema, através de revisão bibliográfica análises e reflexões, buscando identificar argumentações convergentes e divergentes sobre o tema.

Trouxemos para discussão o resultado de dois estudos de casos comparativos entre duas cidades. As cidades têm os mesmos aspectos de constituição tipo-morfológica da paisagem de cidade histórica, e ainda que com defasagem de tempo de atuação na etapa incisiva da intervenção urbanística de dezessete anos, ambas se mantem atualizadas no turismo exploratório do patrimônio, o que nos levou a resultados analíticos e exploratórios semelhantes.

As etapas do artigo são abertura, metodologia e a contribuição, com os seguintes resultados e interpretações:

- Espetacularização do patrimônio para o turismo exploratório;
- O caso brasileiro: Intervenções no Pelourinho com o “trator” do turismo social global e da limpeza social;
- O caso português: Intervenções no Porto com vitrine para a cidade e ausência de sensibilidade social;

A pesquisa atinge o seu alcance ao conseguir estruturar os aspectos mais emergentes que tangem as cidades históricas na atualidade. Houve uma relevante revisão bibliográfica quanto à literatura de JACQUES (2009) em sua contribuição na interpretação dos processos, gestões e atuações nas cidades históricas na contemporaneidade.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter qualitativa e teórica- reflexiva, que visa explorar referências de intervenções urbanísticas similares quanto à problemática fazendo o uso de estudo de caso para efeito de comparação.

### **4 RESULTADOS**

#### **4.1 ESPETACULARIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO PARA O TURISMO EXPLORATÓRIO**

Diante de tantas transformações, um dos maiores desafios nos estudos urbanos reside na existência de uma série de conflitos de interesses na dinâmica desses espaços. Arantes (2000) endossa, quando diz que o maior problema está no patrimônio ser reivindicado por amplos setores sociais, devido ao seu valor econômico, ou como recurso simbólico na

construção de sentidos de lugar e desenvolvimento de produtos com valor cultural agregado, em um riquíssimo e frequentemente conflituoso processo cultural de formação de tradições reinventadas. O surgimento gradativo de novas linguagens e concepção de espaços e lugares alternativos nas sociedades contemporâneas acentua a dificuldade do processo de preservação e de valorização cultural e histórica. A promoção do patrimônio nessas novas ambientações está subvertendo à lógica de cidade tradicional para a cidade econômica. Deixa-se de usufruir o seu valor de uso de patrimônio para explorar o valor comercial, onde o turismo, vinculado às atividades de lazer, comércio e serviços, passa a configurar os elementos principais das novas atrações de consumo e entretenimento para desenvolver cidades competitivas com a marca de renovação identitária que retoma a condição de centralidade ao centro histórico, transformando o patrimônio em mercadoria (JACQUES, 2004).

O governo assume nessa atividade, muitas das vezes, uma parceria público-privada de caráter empreendedor e nesse sentido, todos os obstáculos e riscos estão associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário de uma organização devidamente planejada e coordenada. “Em muitos casos, isso significou que o setor público assumiu o risco, e o setor privado ficou com os benefícios [...]” (HARVEY, 2005, p.173). Nesse sentido, Harvey ainda destaca para a *governança* urbana ter mais valor que o *governo* urbano, ao permitir a reorganização da vida urbana por uma coalização com grande força econômica, desempenhando o papel apenas de papel facilitador e coordenador. Essa postura empreendedora, de desenvolvimento urbano compartilhado possibilitou o desenvolvimento urbano em diversas cidades do mundo.

Diante desse novo vínculo de articulação entre estado e iniciativa privada, as características do patrimônio urbano são adaptadas a novos usos, a novos públicos e a novas estéticas, engendrado por um modelo de intervenção urbana superficial que negligencia o significado do patrimônio cultural e os vínculos de sociabilidade do cotidiano da comunidade.

Na intervenção urbana para os centros históricos, os “[...] planejadores e administradores têm procurado atrair para seus sítios revitalizados [...] entretenimento, como bares, restaurantes, danceterias, teatros, galerias de arte, lojas de artesanato e casas de *shows*” (COSTA, 2009, p. 14) onde todo esse conjunto de atrativos “[...] é preparar os visitantes para a criação de uma atmosfera convivial [...]” (CHOAY, 2017, p. 224), e constituem as novas formas de intervenções urbanísticas, “posta em cena e convertida em cena: iluminada, maquiada, paramentada, para fins de embelezamento e midiáticos” (CHOAY, 2017, p. 224), e ainda conforme endossa a autora (ASCHER, 1995, p. 257) cumpre um sentido de “*Mise en scéné* e cenografia”, como afirma que se tornam palavras-chave no que mais modernamente vem sendo realizado no desenho urbano.

Infelizmente, nessa perspectiva, o turismo é um setor que está causando efeitos perversos e maléficos para os centros históricos a partir do momento que essa atividade se tornou exploratória e predatória do patrimônio, transformando-o em empreendimento. Um dos efeitos colaterais imediatos desse processo é a homogeneização da arquitetura, das paisagens, da cidade e na expulsão do cidadão, contribuindo para anular toda a identidade e essência do lugar.

Assim, esse modelo acaba tornando essas áreas, em diferentes lugares, cada vez mais semelhantes entre si. É um processo de “museificação” em escala global, “os turistas visitam o mundo todo como se visitassem um grande e único museu” (JACQUES, 2004. p.24).

Os centros históricos reabilitados estão, em maior ou menor grau, a converter-se em palcos de sociabilidades espetacularizados e de encenação da vida quotidiana, constituindo-se como uma espécie de nova realidade alegórica das cidades. Alegoria esta que se manifesta de forma tripartida. Por um lado, os centros históricos são cada vez mais apresentados como a expressão concreta de uma ideia de espaço público que permite que a cidade seja transformada e imaginada a partir de seu passado. Assim, sob a forma figurada de imbricação entre consumo e lazer, os centros históricos são uma alegoria desses espaços públicos, supostamente perdido que “urge” recuperar. (PEIXOTO, 2003, p.222-grifo nosso)

Gutiérrez (1989), mais especificamente, elenca a ordem correta de prioridades ao se recuperar um centro histórico da América Latina: primeiro, devemos privilegiar a comunidade local melhorando sua qualidade de vida; segundo, infraestruturas e serviços para todos que usufruem da centralidade; terceiro, visar àqueles que circulam esporadicamente pela cidade e quarto, e último, seriam os turistas.

A memória da cultura local – o que a princípio deveria ser preservado – tem se perdido em prol de grandes cenários para turistas. “E o mais grave é que na maior parte das vezes, a própria população local, responsável e guardião das tradições culturais, é expulsa do local de intervenção, pelo processo de gentrificação” (JACQUES, 2004, p.34).

Choay (2017) similarmente é enfática quanto às inevitáveis consequências da gentrificação e encobrimento das identidades culturais da comunidade

A “embalagem” que se dá ao patrimônio histórico tendo em vista seu consumo cultural, assim como ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas. (CHOAY, 2017, p.226)

A competição entre cidades por turistas é acirrada em detrimento das necessidades da própria população local, ao privilegiar basicamente os turistas com a cidade- espetáculo. O patrimônio cultural urbano passa a ser uma reserva, um potencial de espetáculo a ser explorado (JACQUES, 2004). (Figura 1)

É importante enfatizar que o patrimônio, sendo reserva, adquire o status de valor econômico. Esse processo de mercantilização não é bom para a preservação do núcleo histórico, sobretudo nos seus componentes sociais e culturais que desprezam o caráter artístico, estético e simbólico. Nessa direção, sempre pode encontrar vínculos com as forças dos influentes dos negócios e da especulação, onde grandes empreendimentos imobiliários, urbanísticos e turísticos se utilizam dessa tendência e a estimulam.

Diante dessa contradição, Harvey (2005) nos atenta para a distinção que ocorre com muita frequência no estudo da urbanização para o estudo da mudança social e no desenvolvimento econômico, permitindo à urbanização ser um assunto secundário. “De fato, esse juízo é, de modo geral, tacitamente, em virtude dos pecados da omissão [...] no estudo da mudança macroeconômica e macrossocial a tendência antiurbana é demasiadamente persistente por comodidade” (HARVEY, 2005, p.166). Nesta mesma via, coaduna Souza (2006), ao afirmar que os representantes preferem livrar os representados do “fardo” do envolvimento direto com assuntos coletivos, e para isso, na visão dos mesmos, do Estado, governantes e dos planejadores urbanos, “é considerado até bom que não se queiram envolver demais, para não provocarem ‘excesso de demandas’ e até ‘ingovernabilidade’”(SOUZA, 2006, p.261).

É premente, nesse contexto fortemente conflituoso influenciado pela globalização formado por um momento cultural relativamente conturbado e marcado por complexas mudanças, a busca por novas formas de reflexão acerca desses modelos de intervenção urbano que produzem o espaço caracterizando de forma comum a paisagem e sem identificação com as tradições locais, descaracterizando a materialidade e o imaterial, desvalorizando a comunidade e negligenciando o espírito do lugar.

Desta forma, diversos centros históricos no mundo acabam passando por processos semelhantes de descaracterização e perda de aspectos singulares ao utilizarem o mesmo tipo de programa como a premissa em disputar o maior número de turistas. Assim, detectamos que diferentes áreas e centros históricos, conforme ocorrido no perímetro da área central do Pelourinho na área histórica da Cidade Histórica de Salvador, no Brasil, legitimada como Patrimônio Mundial da Humanidade da (Organização das Nações Unidas para Educação, a ciência e a Cultura) UNESCO, desde 1985, e na delimitação do Passeio das Cardosas, na Cidade Histórica do Porto, em Portugal, também legitimada como Patrimônio Mundial da Humanidade da UNESCO, em 1996, estão se reinventando economicamente influenciadas com:

[...] fórmulas consagradas através do mundo e preocupação com o legado histórico e com a cultura dentro da perspectiva de consumo, com a indefectível associação entre o cenário urbano, histórico, consumo, cultural, entretenimento e turismo [...] sensação de nada se parecer mais entre si do que centros antigos restaurados dentro dessa lógica. (GOMES, 2011, p138)

Trouxemos as intervenções das cidades mencionadas acima, visto que, mesmo com geografias distantes, contextos geopolíticos absolutamente distintos, culturas diversas, históricos singulares, mantém igual estratégia de utilização na parceria público-privada para a descentralização e maior permissividade do planejamento estratégico e estão pautadas e focadas no interesse comum em capturar o maior número de turistas possível ao longo do ano inteiro. A seguir, discutimos e clarificamos o que essas intervenções têm transformado e trazido de resultado para a cidade e a comunidade, ao longo do tempo.

#### **4.2 O CASO BRASILEIRO: INTERVENÇÕES NO PELOURINHO COM O “TRATOR” DO TURISMO SOCIAL GLOBAL E DA LIMPEZA SOCIAL**



## **Fórum Ambiental da Alta Paulista**

ISSN 1980-0827 – Volume 17, número 5, 2021

As intervenções ocorridas no Largo do Pelourinho, em outubro de 1992, por iniciativa do Estado da Bahia, se restringiram aos embelezamentos estéticos dos monumentos, reformas nos térreos dos sobrados que se transformaram em comércio, pinturas simplistas das fachadas e reformas das praças, como estão expressas na figura 1.

**Figura 1: Largo do Pelourinho, Salvador**



Fonte: <https://pixabay.com/pt/photos/pelourinho-salvador-bahia-casario-4681410/>  
Acesso em: 26/11/2020.

Todavia, essas realizações foram feitas sem estabelecer vínculos com políticas habitacionais capazes de amparar a população pobre residente dessa área, retirando mais de duas mil famílias, formadas em sua maioria identificada por descendentes de ex-escravos, com baixa renda e escolaridade, transformando em área turística para um público de alta renda (BRAGA; JÚNIOR, 2009). Inventou-se novos usos de serviços, como bares, restaurantes e boutiques e houve a imposição do uso contemplativo das áreas comunitárias (praças, ruas e parques) que inibiu a preservação do significado original e a função que esses lugares haviam adquirido para a população local.

O maior resultado de impacto e repercussão negativa, que iremos comparar com intervenção que veremos mais adiante, talvez em maior grau, foi o surgimento do fenômeno da gentrificação, que passou a marcar a área. Isso implicou na expulsão das famílias tradicionais residentes e na retirada de seus equipamentos de usos primários (creches, escolas, postos de saúde), na transformação do patrimônio urbano em objeto cultural turístico e no tratamento do Pelourinho de forma destacada do restante do centro histórico, ou seja, com uma cenografia e roupagem específicas para ele entrar em cena, fragmentado do restante do tecido da cidade (BRAGA; JÚNIOR, 2009).



É sempre oportuno lembrar a importância das recomendações das Cartas Patrimoniais e muitos desacordos que encontramos na sua aplicação. Elas são frutos de uma discussão de intelectuais de uma determinada época, reunindo consensos e oferecendo indicações de caráter geral, e ainda que indicativo e prescritivo e não normativo, elas têm uma grande consistência e são de grande relevância (KÜHL, 2008). Na teoria, deveriam ser seguidas. O modelo aplicado em Salvador ocorreu a partir de uma leitura parcial dos conceitos já pautados nas Cartas Patrimoniais. A questão da gentrificação e da reinserção já havia sido apontada pela Carta de Amsterdã (1975). A sua contribuição vem na forma de integrar a cidade histórica à vida coletiva, onde estabelece a conservação integrada, isto é, associa os dois conceitos de conservação/restauro e suas atribuições a um uso apropriado. O monumento deve ter uma função compatível com a sua natureza e que não comporte modificações violentas e indiscriminadas. A partir desse momento, a vida contemporânea passava a dinamizar a cidade histórica e dar um tratamento menos museal ao patrimônio, porém “respeitando e incluindo os valores sociais” e econômicos da atualidade. Porém, houve a imposição do uso contemplativo das áreas comunitárias com novos significados e identidades (praças, ruas e parques) que inibiu a preservação do significado original e a função que esses lugares haviam adquirido para a população local.

Valores sociais que foram de longe a marca da intervenção no Pelourinho, mas nunca podemos passar ao largo das questões sociais, valendo sempre pontuar a gentrificação: uma expulsão em massa precedeu os trabalhos de intervenção, onde os habitantes foram “convidados” a deixar suas moradias e ir morar nas franjas periféricas da metrópole, para que os imóveis fossem restaurados. Inúmeras casas foram recuperadas sem um programa de uso definido. Ou seja, uma antiga habitação teve como destino uma escola, sem os equipamentos de escola, e assim por diante. Faz-se uma espécie de manejo social ou saneamento social, *limpeza* para o turista. Este esvaziamento do centro histórico de seus autênticos protagonistas foi como um *tiro na alma do Pelourinho*, um abre-caminho para a entrada do folclore através de um turismo desqualificado (COSTA, 2009).

Com a publicidade e o sucesso de *marketing* da recuperação, o *efeito Pelourinho* se alastrou pelo país, por cidades históricas, como modelo que começaram a pintar suas casas com cores vibrantes. Assim, as várias restaurações e conservações de bens patrimoniais brasileiros reafirmaram tal contágio, passando a sustentar a atuação de dois grandes atores: os gestores do patrimônio e os investidores no processo de restauração, de natureza pública ou privada, acreditando que uma atuação aparentemente desinteressada em favor da comunidade seria fazer publicidade com muito menos investimentos do que se gasta com campanhas autopromocionais, e com mais benefícios do que os gerados por um anúncio autocongratatório na mídia (COSTA, 2009).

O próprio sociólogo Henri-Pierré Jeudy deixa a sua experiência em entrevista dada à Folha de São Paulo, em 06 de junho de 2005, sobre a sua percepção dessa onda de revitalização das cidades históricas, sobretudo ao comparar a Bahia que conheceu 15 anos atrás (data da entrevista), que diz ser bem diferente. Afirmo que o centro, que era uma área viva, se transformou em um museu, um polo para os turistas. Enfatiza que esse processo de conservação através da patrimonialização, ou seja, de fazer do centro um museu, é uma síndrome da morte de uma cidade, pois a petrifica, esclarecendo que o aspecto vivo

desaparece com a “patrimonialização”, onde havia uma mistura da população, sendo a região partilhada por todos e ainda em seu livro Espelho das Cidades de 2005 declara:

O antigo centro [...] vem sendo restaurado desde 1992 ( hoje na sétima etapa com o auxílio do BID, programa Monumenta), por meio de um processo de patrimonialização- restauração de fachadas, do espaço público (muitas vezes criados nos antigos pátios internos coloniais)- de mudanças de uso e de gentrificação, com a remoção de mais de 2 mil famílias para dar lugar a restaurantes, bares e lojas de suvenires para turistas – que faz parte de uma agenda maior, de um plano estratégico da agência estadual de turismo. O plano, que visa vender o produto cultural “Pelourinho”, para turistas, conta ainda com uma programação de animação cultural nas praças criadas (usando os antigos quintais das casas coloniais) – “Pelourinho Noite & Dia” - que visa exatamente dar vitalidade ao local. A nova vitalidade inventada para turistas, com baianas fantasiadas para fotos e rodas de exibição de capoeira regional, é totalmente artificial, cenográfica. O projeto [...] se insere em uma estratégia de *marketing* genérica que visa construir uma nova imagem urbana [...] a princípio ancorada na valorização da sua “identidade” cultural singular. (JEUDY, 2005, p.12)

Vemos Simão (2001) coadunando com Jeudy, ao afirmar que reduzir os núcleos urbanos preservados a objetos estanques, a “obras de arte” constitui, também um equívoco, que pode acabar por matar os próprios valores a serem preservados, pois os núcleos como todas as cidades devem ser complexas e dinâmicas.

De fato, o contexto em que se apresentava o núcleo do Pelourinho antes da primeira revitalização era um estado de ruína que o ameaçava, que fora limpo, escovado e policiado. (AZEVEDO, 1994). Para Azevedo, a contribuição da intervenção do Estado está em ter evitado que os edifícios se deteriorassem ou estivessem vulneráveis a incêndios, tão habituais em Salvador – criminosos ou não. Ela afirma que com as reformas, vieram o saneamento social: limpeza urbana, água encanada, esgoto e policiamento, garantindo a possibilidade de se caminhar tarde da noite pelo centro histórico, sem esbarrar por lixos e dejetos. Mas ela compartilha da mesma visão crítica, ao logo perceber que “aquele bairro onde se sentia o velho Salvador parece hoje como um teatro onde se apresenta Salvador para turistas” (AZEVEDO, 1994, p.131), confirmando que o Pelourinho se transformou em um cenário.

O equipamento articulador e catalizador para atrair turistas e valorizar os investimentos realizados nos novos núcleos são as ocupações com hotéis de luxo, que estão usando como *marketing*, a instalação e o prestígio da memória e do tempo, um reflexo no patrimônio para comercializar a façanha do fachadismo.

É o que acontece no Novotel em Bucareste, na Romênia (Figura 2), onde houve a descaracterização espacial interna, com o mutilamento de toda a matéria, mantendo apenas o invólucro, caracterizando-se como uma “casca vazia”, fazendo o uso do processo de

## Fórum Ambiental da Alta Paulista

ISSN 1980-0827 – Volume 17, número 5, 2021

“curetagem” (CHOAY, 2017). Há uma expressiva especulação comercial no edifício histórico, apagando muito de sua autenticidade. Defendemos que colocar uma construção nova atrás da casca anterior dessa maneira é uma forma lamentável de fazer as coisas, e podemos dizer que até “preguiçosa”. Choay (2017) coaduna complementando que é inadmissível quando se trata de reduzir e sacrificar as estruturas e o ambiente interno com as suas espacialidades em um edifício com valores preservado. E não faltam cartas patrimoniais, como a Carta de Nizthy Tangil para o Patrimônio Industrial, que incentiva a reutilização com um novo uso como forma de se assegurar a preservação do bem cultural, mas quanto à preservação da integridade funcional de um edifício, “o valor e a autenticidade [...] podem ser fortemente reduzidos se [...] componentes essenciais forem retirados, ou se os elementos secundários que fazem parte do conjunto forem destruídos” (TICCIH, 2003).

Figura 2: Prática da renovação fachadista através da “curetagem” em Bucareste, Romênia



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Novotel-bucharest-city.jpg> Acesso em: 13/12/2020.

Ainda assim, foi o que se executou no Pelourinho nas primeiras etapas do Programa de Recuperação do Centro Histórico. Andrade Junior (2008) afirma que não souberam distinguir o que seria um conjunto caracterizado por sobrados em péssimo estado de conservação, factíveis de reformas, e em muitos casos, o que estava caracterizado como ruínas, ou seja, reduzidas a fragmentos das construções outrora existentes no local e assim, fizeram muitas intervenções transformadoras em ruínas convertendo-as em cenários para turistas, e sobre isso:

Em casos de ruínas, é preciso antes de tudo levar em consideração que não se pode destruir aquilo que consiste seu atrativo singular: o caráter de uma construção vítima dos senhores dos tempos e seu aspecto pitoresco na paisagem. Uma ruína reconstruída não é mais uma ruína, mas uma nova, geralmente medíocre, obra arquitetônica. (DVORÁK, 2015, p.110)

### 4.3 O CASO PORTUGUÊS: INTERVENÇÕES NO PORTO COM VITRINE PARA A CIDADE E AUSÊNCIA DE SENSIBILIDADE SOCIAL

A Cidade do Porto tem passado por uma forte intervenção voltada para a expansão turística desde 2014, mas para isso vem renovando urbanisticamente seu extenso tecido medieval urbano. Seu sítio tradicional configura-se com hospedagens de luxo, bares, cafés e restaurantes sofisticados. Fora das ruas principais, despontam edifícios abandonados em ruínas, conjuntos edificados e espaços públicos mal conservados, bem como moradias populares em conjuntos reabilitados. Há ainda um destaque para as intervenções realizadas nos limites das áreas históricas Ribeira- Barredo, nas décadas de 1970 e 1980, por manter seu caráter pragmático até os dias atuais, por influências cenográficas e gentrificadoras.

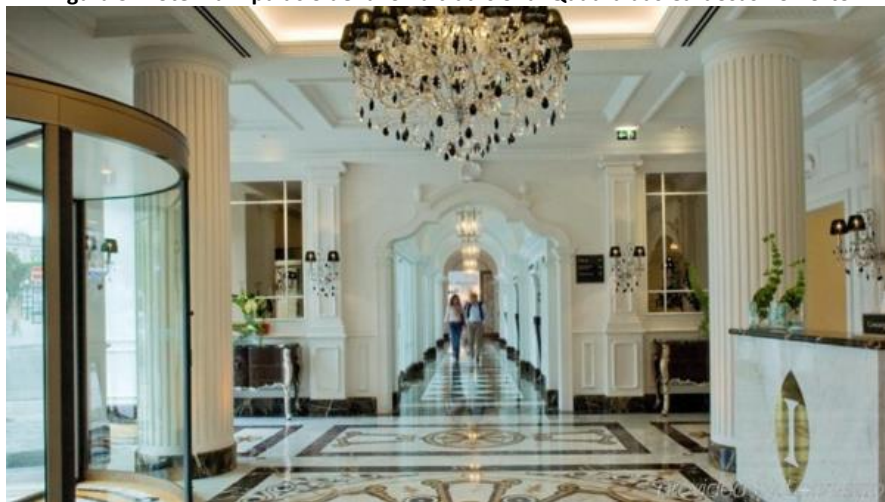
Porém, há uma atual política de renovação urbana que está presente desde 2009 agenciada pelo consórcio Porto Vivo, que tem demonstrado que a sensibilidade social e a reabilitação cautelosa parecem ter ficado como práticas do passado e está pautada no estímulo à reocupação dos imóveis vazios, na requalificação dos imóveis, espaços públicos e até na demolição de quadras inteiras de edificações para a promoção excessiva do turismo. Tais objetivos são balizados pelos interesses do mercado imobiliário, produzindo claramente um repetido modelo de intervenções - predatório e cenográfico, justificado por menores custos e pela eficiência energética das novas instalações.

As renovações fachadistas que são típicas obras simplistas de cenarização nesse tipo de embelezamento da cidade têm causado polêmicas e foram questionadas enfaticamente em 21/11/2017 pelo vice- presidente, José Aguiar, do (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) ICOMOS, órgão não governamental vinculado à (Organizações das Nações Unidas) ONU, ao declarar ao Jornal de Notícias à Margem do Fórum do Porto dedicado aos temas do Patrimônio, Cidade e Arquitetura, mostrando-se crítico de algumas histórias que subtraem em nome de um investimento imobiliário. “Fachadismo pode prejudicar Porto Patrimônio Mundial” (AGUIAR, 2017). Assumindo-se contra o "fachadismo", José Aguiar criticou:

As operações em que são salvas as fachadas" enquanto toda a "história interior, história construtiva, história espacial e história dos homens que pisaram estas pedras é apagada por intervenções super contemporâneas onde existe uma espécie de contradição: são edifícios antigos que já não têm o seu corpo e onde agora surge um corpo novo que não tem direito a uma face contemporânea. (AGUIAR, 2017, online)

Manifestou-se bastante crítico diante da prática verificada no preservado bem cultural, Palácio das Cardosas, onde foi instalado o hotel de luxo, conforme a figura 3, pois é uma contradição colocar como regra a destruição dos espaços interiores, o que um dia classificaram para merecer ter um olhar mundial e enfatizou que, apesar da forte sistematização verificada dos problemas de descaracterização do centro histórico e da geração da gentrificação, continua defendendo a classificação de Patrimônio Mundial da Humanidade para a cidade do Porto, pois os parâmetros de classificação da UNESCO são extensas e que ali levou em consideração muito de suas peculiaridades históricas, raízes simbólicas, memórias, “histórias de gerações e gerações de uma cidade muito peculiar” (AGUIAR, 2017).

Figura 3: Hotel num palácio de luxo na tradicional Quadra das Cardosas no Porto



Fonte: AUTOR, 2018.

Na área limítrofe da Baixa e do centro histórico, próximo à Estação São Bento, encontra-se o “Quarteirão das Cardosas”, área com aproximadamente 6.318m<sup>2</sup>, e de atuação mais emblemática do novo modelo. Essa quadra foi inteiramente renovada para incorporação de unidades residenciais para um mercado alvo de alto poder aquisitivo, à qual foi associado o uso comercial no pavimento térreo e instalação de um hotel de luxo de quatro a cinco estrelas, como projeto âncora, em antigo palacete, conforme já citado, exemplificando o interesse mundial pelo turismo exploratório do patrimônio, “o passado vende” (JEUDY, 2005).

A estratégia de *marketing* desse projeto pauta-se na valorização imobiliária trazida pela localização de centralidade turística e na qualidade das novas instalações. O projeto se impõe como um modelo de reabilitação urbana e um padrão gentrificador de consumo arquitetônico. São inúmeras as críticas a esse projeto, que demoliu o miolo da quadra para implantação de pátio de lazer e estacionamento subterrâneo. O resultado dessa renovação fachadista está sendo de uma cenografia que resulta não somente do enclave de novos usos, mas sobretudo, da linguagem pastiche das edificações renovadas e reconstruídas, revestidas de novos materiais, especialmente azulejos, conforme a figura 5, imitando a padronagem típica do local.

Conforme Moreira (2017), através da figura 4 podemos constatar que as ações praticadas no “Quarteirão das Cardosas” é uma antítese dos quarteirões originais, onde foi aberto um imenso subsolo em área de preservação de bens culturais. Para Kühl (2008), em última instância, visto que já elencamos a gravidade da instabilidade da coisa, a construção de um subsolo sob sítio histórico, só seria tolerável depois de acurados extensos estudos e “que não fosse” fruto e pressão de mal disfarçadas formas de exploração econômica.

Não é, portanto, o que ocorreu nas ações de intervenções urbanas de reabilitação praticadas no Quarteirão das Cardosas, que é uma antítese dos quarteirões originais, onde desaterrou em área de preservação de bens culturais. Mesmo que esteja situado dentro da área da UNESCO, ela não foi consultada e nem informada que tipo de intervenção seria realizada no local que integra o Patrimônio Mundial da Humanidade. Pelo relatório de 2012 do



ICOMOS, essas ações do Porto Vivo constituíram uma irregularidade e serviu para prestar queixa formal junto à UNESCO da seguinte forma:

[...] A metodologia que está a ser aplicado pelo organismo responsável pela gestão do Centro Histórico a SRU - Porto Vivo é contrária às boas práticas em acções exigidas dessa natureza, verificando-se, pelo contrário, que a actual intervenção está a efectuar demolições massivas na área classificada numa lógica não de reabilitação mas de renovação urbana não de edifício como deve ser quando se trata de imóveis classificados, mas de quarteirão, privilegiando a criação de infra-estruturas que, em vez de terem em conta as necessidades da população local, antes a marginalizam, procurando, através da especulação imobiliária, alcançar grandes lucros prosseguindo uma estratégia de puro fachadismo contrariando todas as recomendações internacionais sobre esta matéria [...]. (ICOMOS, 2012, p.3-4 apud MOREIRA, 2017, p.140)

**Figura 4: Quadra das Cardosas no Porto – durante a intervenção – construção de subsolo no miolo da quadra, após remoção de diversas edificações na área da UNESCO**



Fonte: AUTOR, 2018.

Quanto à efetiva construção subterrânea no interior da quadra que corresponde a um sítio preservado, trata-se, de um desacordo grosseiro às recomendações das cartas patrimoniais quanto aos princípios básicos da intervenção mínima. Subsolo é o que tem de mais paradoxal. Esse é o caso que é considerado um tipo de alteração arquitetônica voltada para os interesses do mercado econômico.

De forma oculta, pela construção de ampliações e subsolos em sítios de interesse histórico se torna uma maneira muito delicada, ao separar o monumento histórico do seu contexto, trazendo efeitos nefastos a sua autenticidade. Construções subterrâneas não fundamentadas numa real necessidade, baseadas em análises superficiais, ocasionam danos enormes à autenticidade e à integridade física, visto que altera uma das relações essenciais do monumento que é a topografia.

Não se respeitou um dos princípios fundamentais da restauração, que é a *retrabalhabilidade*. Ou seja, esse modo de impor o subsolo impõe formas de relação, que além de irreversíveis em si, resultam em limites drásticos que chegam até mesmo impedir qualquer ação futura posterior e opções de outras formas de uso para as futuras gerações. O que permanece é uma fina camada entre a base do monumento e o teto do subsolo, que limita os projetos paisagísticos ou de instalações de novos equipamentos, negligenciando uma possível qualidade paisagística futura para o lugar, por exemplo, afetando a integridade material do patrimônio, uma vez que essas ações quase sempre acabam por causar danos, lesões, fissuras, recalques nas fundações e problemas que se tornam evidentes após décadas.

Porém, Peixoto (2003) não deixa de reconhecer que intervenções urbanísticas em centros históricos, áreas centrais ou praças públicas são essenciais para o desenvolvimento de novas construções arquitetônicas e configurações urbanas para a cidade. O patrimônio não deve ser visto como algo engessado, desatualizado, que iniba o crescimento da cidade. Se antes o patrimônio funcionava como obstáculo ao desenvolvimento, agora ele é fundamento deste, suplanta o desejo pelo progresso e pelo desenvolvimento. Ou melhor, redireciona o desejo (TAMASO, 2005).

O patrimônio pode até legitimar questões de ideologias urbanas que estão em alta, como: qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, valorização do espaço público, turismo ecológico e, também, o turismo “desde que” não massificado, “e que” tenha como premissa na competitividade entre cidades, o reconhecimento na cultura, no espírito do lugar e no patrimônio urbano. Um campo indissolúvel, a partir do qual podem ser criadas e reinventadas as diferenças que as cidades utilizam como recurso no contexto dos fluxos do turismo patrimonial, da consolidação de um mercado urbano de lazeres e da atração de novos residentes e investidores, permanecendo com os tradicionais moradores (PEIXOTO, 2003).

### 5 CONCLUSÃO

O patrimônio urbano é uma construção histórica, mas deve estar atenta no presente, associada às dinâmicas urbanas contemporâneas que podem levar a reflexões e análises de conceitos, teorias, práticas, para adaptar-se ao futuro. Não significa desconsiderar, mas é claro que pode ser uma decisão da sociedade não preservar seus bens culturais e alterá-las, descaracterizá-las ou destruí-las sem maiores critérios ao seu bel-prazer. Mas isso só poderia ser legítimo se fosse considerada um posicionamento coletivo e indicado de suas tamanhas consequências para o futuro. Tudo isso seriam práticas de *retrofit*, reciclagem, requalificação, renovação, reforma ou recuperação, e jamais denominadas como ação de preservação do patrimônio de toda a cidade.

Portanto, nas duas cidades que temos como estudos de caso, ainda com tempos espaçados, sem falar de suas alternâncias de culturas, histórias e territórios, verifica-se com frequência a mesma estratégia de intervenção urbanística com gentrificação, cenarização com valorização turística e expansão econômica com detrimento da comunidade, compreendendo uma interferência excessiva de questões econômicas, de uso e políticas no patrimônio urbano, não refletindo apenas a total inconsistência teórica no modo de abordar os monumentos



históricos. Nota-se a ausência de critérios e reflexão crítica a respeito dos valores formais e documentais e a inadequação das técnicas empregadas em sua conservação.

Na prática do fachadismo, como redução arbitrária dos testemunhos históricos, avaliamos uma série de razões para a “onda fachadista”, como certas deformações e flexibilizações nas legislações nas municipalidades em conjunto junto com a má prática do canteiro de obras.

Toda intervenção em qualquer área urbana deve ser pautada em princípios coerentes e condizentes com a realidade local, e em se tratando do aumento de iniciativas de criação de cenários artificiais espetaculares, voltados para o turismo do consumo imediato do lazer, deveria ser respeitado, especificamente em cidades históricas, o patrimônio material e imaterial, sua história e memória, dinamismo e permanência, fluxo e presença, complexidade e cotidiano, conservação e preservação, zelo e afetividade, identidade e a comunidade.

### 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR (2017) - <https://www.jn.pt/lusa/fachadismo-pode-prejudicar-porto-patrimonio-mundial----vice-presidente-do-icomos-8933708.html>. Último acesso: 15/12/2020

ANDRADE JUNIOR, N. V. de. A Re-Semantização das Ruínas na Modernidade e sua Dignificação pela Arquitetura Contemporânea. In: ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de; AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. (Org.). **Reabilitação do Patrimônio Edificado** (Cadernos ArquiMemória 3). Salvador: IAB-BA e PPG-AU/FAUFBA, 2008, v. 3

ARANTES, A. A. Paisagem de história: a devoração dos 500 anos. In: ARANTES, Antônio Augusto. *Projeto História: sentidos da comemoração*. São Paulo. Ed. da PUC, 2000, p.63-96.

ASCHER, F. **Métapolis ou l' Avenir des Villes**. Paris: Éditions Odile Jacob, 1995.

AZEVEDO, R. M. Será o novo Pelourinho um engano? In: HOLLANDA, H. B. **Revista do IPHAN.**: IPHAN. n. 23, 1994. p.130-137

BOURDIN, A. **Le patrimoine reinvente**. Paris: PUF, 1984

BRAGA, P. M; JÚNIOR, W. R. S. Programa de recuperação do Centro Histórico de Salvador: políticas públicas e participação social. **Revista RISCO**. n.2, p.23-34, 2009.

CARBONARA, G. Beni Culturali, restauro, e recupero: um contributo al chiarimento dei termini. In: IL RECUPERO DEL PATRIMÔNIO ARCHITETTONICO: SEMINARIO AOSTA. Chiesa di S. Lorenzo 5.5.1990. Aosta, s.e., 1992, pp. 33-44.

COSTA, F.R. **Turismo e patrimônio cultural**: interpretação e qualificação – 2ª Ed – São Paulo: Senac – São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2009

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 6.ed. São Paulo. Ed. UNESP:2017.

DVOŘÁK, M. **Catecismo da Preservação de Monumentos**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2015

FOLHA DE SÃO PAULO - <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0606200509.htm>. Último acesso: 13/12/2020

FURRER, B; AMACHER, D. Costruuiioni interrrate in siti storici: documento di base, **Arkos**, 2002, n.2, pp.56-60.

GOMES, M. A. A. de F. Preservação e urbanismo. Encontros, desencontros e muitos desafios. *In*: CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, M. A. F. (Org). **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011, p.129-144.

GUILLAUME, M. **La politique du patrimoine**. Paris: Editions Galilée, 1980

GUTIÉRREZ, R. **Arquitetura Latino Americana**. São Paulo: Nobel, 1989

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo. Annablume, 2005.

JACQUES, P. B. Espetacularização urbana contemporânea. **Cadernos PPG-AU**, v.3, p.23-29, 2004.

JEUDY, H.P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro. Casa da Palavra, 2005.

KÜHL, B M. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos de restauro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

MARTIN-GRANEL, N. Malaise dans le patrimoine. Cahiers d'Etudes Africaines. [Prélever, exhiber. La mise em musées], XXXIX(3-4), p. 487-510, 1999

MOREIRA, B. **Estado centralizado e descentralizado**: alterações morfológicas nas áreas antigas da cidade do Porto/Portugal. (2017.157f). Dissertação (Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

OLIVEN, R. Patrimônio intangível: considerações iniciais. *In*: ABREU R; CHAGAS M. (Orgs) **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. RJ: DP&A Editora, 2003.

PEIXOTO, P. A linguagem consensual do patrimônio. *In*: PAES, M. T. D; SOTRATTI, M. A. Org. (s), **Geografia, turismo e patrimônio cultural**: identidades, usos e ideologias. São Paulo: Annablume, 2017. p.137-149.

\_\_\_\_\_. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. *In*: SEMINÁRIO: A CIDADE ENTRE PROJECTOS E POLÍTICAS. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Portugal, junho, 2003, p.211-226.

\_\_\_\_\_. **O passado ainda não começou**. Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento em Sociologia. 2006

REIS, N. G. Patrimônio cultural e problemas e urbanos. *In*: CORRÊA, E. L; GOMES, M. A. F. (Org). **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011, p.117-127.

SIMÃO, M. C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

TAMASO, I. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... **Sociedade e Cultura**, v.8, n.2, p.13-36, jul/dez, 2005.

TICCIH (2003). **Carta de Nizthy Tangil para o Patrimônio Industrial**. Disponível em:

<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>. Acesso em: 17/11/2020.